

A Assembleia Geral da Associação dos Juristas Católicos (AJC) decorreu na noite de 14 de janeiro na Paróquia de Santa Joana Princesa, em Lisboa, e além da realização da eleição para os novos corpos sociais foi levada a votação e aprovada por unanimidade a revisão dos estatutos da Associação.

As alterações estatutárias visam sobretudo refletir a realidade atual da AJC, destacando-se a menção de se trata de uma associação privada de fiéis, nos termos do Código de Direito Canónico atualmente em vigor; e a alteração da sede para o Instituto Superior de Direito Canónico, na Universidade Católica Portuguesa/Lisboa, do qual é diretor o assistente espiritual da associação, o Padre João Vergamota. Com a revisão dos Estatutos, também os estudantes de Direito, e não apenas os já licenciados, passam a poder ser associados.

A nova presidente da Direção da AJC é Inês Quadros, Inês Quadros é jurista, professora auxiliar da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, instituição onde se licenciou (2001), obteve o grau de mestre (2005) e doutorou (2017). Tem desenvolvido investigação nas áreas do Direito da União Europeia e do Direito Internacional Público. Sucede na presidência ao jurista José Moutinho, com quem integrava a Direção no anterior mandato (2021-2025), como vice-presidente.

Integram também a Direção da AJC: Pedro Pereira dos Santos (vice-presidente), Maria Inês Serrazina (tesoureira), Teresa Proença Varão (secretário) e Pedro Maria Simão, Pedro Vaz Patto, José Souto de Moura, Isilda Pegado, Madalena Afra Rosa (vogais).

A Mesa da Assembleia Geral mantém-se presidida por Germano Marques da Silva, com José Lobo Moutinho e Miguel Raposo como secretários. O Conselho Fiscal é presidido por José Vaz Serra de Moura, com Maria dos Prazeres Beleza e João Perry da Câmara como vogais.

Na sua primeira mensagem aos associados. Inês Quadros reflete sobre o Jubileu da Esperança que a Igreja vive em 2025 convocada pelo Papa Francisco, “pois a nossa profissão exige continuamente que demos razões – seja na defesa de um cliente, na fundamentação de uma sentença, na negociação de um contrato, na justificação de um ato notarial”.

Em linha de continuidade com as anteriores direções, a nova presidente sublinha que “encontrar Deus na nossa profissão requer uma atitude de compromisso para com a defesa dos mais fracos, através do serviço, da competência técnica, da adesão à Verdade”, e por isso, “afirmar a dignidade da pessoa, em todas as suas fases e circunstâncias” é o “exigente caderno de encargos faz do Jurista um instrumento de Esperança”.

A Associação de Juristas Católicos foi fundada em 1985 com a finalidade de contribuir para a realização dos valores da doutrina cristã na sociedade em harmonia com o Magistério da Igreja. Essa finalidade geral desdobra-se numa série de missões, das quais as principais são a preparação espiritual e cultural dos juristas portugueses; a colaboração, nomeadamente, através de assistência jurídica, com as instituições e iniciativas sociais de inspiração cristã; a divulgação da função do Direito na sociedade e a contribuição, através do estudo, para o aperfeiçoamento da legislação a aplicação do Direito.

Janeiro de 2025